



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA	-8. FEV. 1980	CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

Legislação Pintassilgo suspensa

Comemorações oficiais adiadas

Numa longa e agitada sessão, que se arrastou até ao começo desta madrugada, a Assembleia da República pronunciou-se finalmente sobre os três pedidos de ratificação requeridos pelo Go-

verno relativamente aos decretos-leis do Executivo Pintassilgo sobre o Congresso das Comunidades, o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades e a comemoração do quarto centenário da morte de Luís de Camões. Durante a sessão, caracterizada por momentos por vezes "turbulentos", resultantes de aceras discussões sobre questões de natureza jurídica quanto a situações omissas no Regimento, ante a discordância entre deputados que apoiam a coligação governamental e os da oposição, a maioria conseguiu fazer aprovar a suspensão dos três diplomas em causa, os quais vão baixar às comissões da especialidade, a fim de lhes serem introduzidas alterações de acordo com os propósitos já expressos pelo Governo. Na votação do diploma relativo à realização do Congresso, que assim fica suspenso, abstiveram-se os cinco deputados do grupo dos Reformadores.

Entretanto, a sessão terá sido a mais animada desde as eleições de Dezembro que originaram a nova composição da Assembleia da República que deverá concluir a primeira legislatura da actual Constituição. Debates calorosos envolveram em renhida polémica alguns deputados dos vários grupos parlamentares, sendo de realçar os momentos de diálogo entre Raul Rego-Pedro Roseta, Carlos Brito-Rui Pena, António Reis-Rui Pena, Natália Correia-Vital Moreira-João

Lima, Igrejas Caeiro-Natália Correia e, por último, o quarteto Carlos Laje-Veiga de Oliveira-Pedro Roseta e Rui Pena, estes últimos na lição pela continuação ou não dos trabalhos depois de esgotado o tempo regimental (2 horas), uma vez que não fora apresentado nem votado nenhum requerimento para o prolongamento da sessão dentro do período normal de funcionamento, mas que a maioria governamental, assim como a presidência da mesa, entenderam que fora tacitamente prorrogado devido às diversas intervenções ocorridas já depois daquela hora.

Mas o momento mais empolgante envolveu as vedetas da sessão de ontem, Natália Correia (PSD) e Igrejas Caeiro (PS), quando este interpellava a propósito da ratificação dos decretos relativos ao centenário de Camões e comentava a intervenção da poetisa que defendera que a cultura não deve ser encarada em termos económicos porque, disse, "um País doente não pode ter uma cultura saudável!", daí entendendo que devem ser "evitadas despesas com obras supérfluas". Natália Correia, que já conseguira pôr os elementos de todas as bancadas do Parlamento em demorados sorrisos, envolvendo mesmo a normalmente circunspecta bancada da Imprensa, respondeu a algumas perguntas poetizando com fleumático lirismo e, depois de agradecer os encómi-

que lhe foram dirigidos por Igrejas Caeiro, recordou a faceta do passado de actor deste deputado "que agora estava a dramatizar".

Outro momento polémico da sessão ocorreu depois de uma intervenção de Carlos Brito (PCP) que, depois das costumadas badaladas proféticas da desgraça nacional que representa o actual Governo (aumentos de preços, congelamento de salários, reforma agrária, aumento das taxas de televisão), de que o assunto em debate seria exemplo porque a Aliança Democrática "pretende transformar a emigração em carne de votação", interveio Rui Pena (CDS) que refutou a intenção de pretender o Governo provocar qualquer conflito institucional e afirmando "não admitir que se façam insinuações de processos de intenção que não são os da AD e, em especial, de quem os emigrantes não deram qualquer representatividade nesta Câmara" perguntando como vê o PC "o internacionalismo camoniano com o proletariado internacional" que defende.

António Reis (PS), por seu turno, adiantou não se admirar que a AD tivesse medo de Camões, pois "a tanto chega já o desespero e o despudor da maioria governamental", tendo interveio de seguida Rui Pena para focar que a oposição estava a tentar desviar a atenção de fundo da questão e que as suas palavras tinham sido deformadas por aquele deputado.